

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS ~ MARÇO/2017 ~



Eletrobras
Eletropar

Comentário de Desempenho
Relatório dos Auditores Independentes
Balanco Patrimonial
Demonstração do Resultado do Período
Demonstração do Resultado Abrangente
Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Demonstração do Valor Adicionado
Notas Explicativas

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

O resultado da ELETROPAR é composto, dada sua condição de empresa de participações, por rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em lei).

A ELETROPAR apresentou no primeiro trimestre de 2017, lucro no valor de R\$ 2.416, superior em 72,20% ao apresentado no mesmo período do ano anterior, quando a empresa obteve lucro de R\$ 1.403.

As Receitas Totais no período findo em 31 de março de 2017, atingiram o montante de R\$ 3.951, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, e foram 3,67% superiores àquelas auferidas no mesmo período de 2016 estas no montante de R\$ 3.811.

No primeiro trimestre de 2017, o rendimento decorrente das participações societárias é composto pelo resultado de equivalência patrimonial das investidas CTEEP e EMAE e do reconhecimento de dividendos declarados pela investida CPFL.

O Resultado Financeiro no primeiro trimestre de 2017, no montante de R\$ 2.059 reflete os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil. Tal resultado foi inferior em 26,54% ao apurado no mesmo período do ano anterior, quando foi de R\$ 2.803. Esta redução se justifica em virtude da queda da taxa de rentabilidade e do montante menor aplicado no Fundo.

Em relação às Despesas Operacionais, que alcançaram o montante de R\$ 1.316, no primeiro trimestre de 2017, observa-se uma redução de 32,30%, em relação ao mesmo período de 2016, quando seu valor foi de R\$ 1.944.

Cabe destacar que foi reconhecido, no primeiro trimestre de 2016, provisão de R\$ 712 referente a redução ao valor recuperável do investimento que a Eletropar mantém em sua investida Eletropaulo. Embora a investida tenha tido uma recuperação do seu valor mercado, este efeito não é reconhecido no resultado, sendo reconhecido no patrimônio líquido, na conta de ajuste de avaliação patrimonial e demonstrado seus efeitos na demonstração de resultado abrangente.



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais- ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Eletrobras Participações S.A. - Eletropar
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Eletrobras Participações S.A. - Eletropar ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores

Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período três meses findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carla Bellangero
Contador CRC 1SP196751/O-4

Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em milhares de Reais)

ATIVO		31/03/2017	31/12/2016
CIRCULANTE			
	Nota		
Caixa e Equivalentes Caixa	5	9.477	499
Títulos de Valores Mobiliários	6	47.290	54.382
Remuneração dos investimentos	7	1.102	2.006
Ativos fiscais a compensar	9	2.916	3.193
Contas a Receber com Partes Relacionadas	8	1.126	1.482
		61.911	61.562
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Contas a Receber - Eletronet	8	1.501	1.482
Ativos fiscais a compensar	9	3.750	3.609
		5.251	5.091
INVESTIMENTOS			
	10		
Avaliados por equivalência patrimonial		60.510	59.059
Avaliados a valor justo		102.032	95.320
IMOBILIZADO			
		25	28
INTANGÍVEL			
		26	19
		167.844	159.517
TOTAL DO ATIVO		229.755	221.079
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Remuneração aos acionistas		8.465	8.465
Contas a pagar	11	69	66
Tributos e contribuições sociais		241	232
Obrigações estimadas		348	348
Provisões para riscos trabalhistas	16	300	300
Contas a pagar Partes Relacionadas	11	2.147	2.630
		11.570	12.041
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contrib. social diferidos	12	19.362	18.961
Contas a Pagar - Cedentes	11	1.471	1.453
		20.833	20.414
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	13		
Capital social		118.054	118.054
Reserva legal		2.256	2.256
Ajustes de avaliação patrimonial		49.231	42.919
Lucros / (Prejuízos) acumulados		2.416	-
Reserva de lucros a realizar		25.395	25.395
		197.352	188.624
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		229.755	221.079

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 (em milhares de Reais)

		<u>01/01/2017</u> a <u>31/03/2017</u>	<u>01/01/2016</u> a <u>31/03/2016</u>
RECEITAS OPERACIONAIS			
Dividendos	Nota	393	547
Participação societária	10	<u>1.451</u>	<u>365</u>
		<u>1.844</u>	<u>912</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal/honorários		(811)	(787)
Materiais e produtos		(3)	(11)
Viagens, condução e treinamento		(18)	(13)
Serviços de terceiros		(207)	(177)
Propaganda e publicidade		(28)	(9)
Tributos e contribuições		(98)	(135)
Aluguel, condomínio e IPTU		(41)	(21)
Provisão p/ redução ao valor recuperável - ativos financeiros	10	-	(712)
Outras		<u>(110)</u>	<u>(79)</u>
		<u>(1.316)</u>	<u>(1.944)</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>528</u>	<u>(1.032)</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras		2.107	2.899
Despesas financeiras		(48)	(96)
RESULTADO FINANCEIRO		<u>2.059</u>	<u>2.803</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>2.587</u>	<u>1.771</u>
Imposto de renda e contribuição social	12	<u>(171)</u>	<u>(368)</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	14	<u>2.416</u>	<u>1.403</u>
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO			
Básico e Diluído		0,20540	0,11929

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
(em milhares de Reais)

	<u>01/01/2017</u> a <u>31/03/2017</u>	<u>01/01/2016</u> a <u>31/03/2016</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	2.416	1.403
Ganhos (perdas) decorrentes da avaliação ao valor justo de investimentos disponíveis para venda em sociedades não controladas e sem influência significativa	6.712	8.602
(-) IR/CS diferidos sobre avaliação ao valor justo	(401)	(2.924)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>8.727</u>	<u>7.081</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2015	118.054	481	-	4.020	22.452	-	145.007
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	-	5.679	-	5.679
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	1.403	1.403
Em 31 de março de 2016	118.054	481	-	4.020	28.131	1.403	152.089
Em 31 de dezembro de 2016	118.054	2.256	25.395	-	42.919	-	188.624
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	-	6.312	-	6.312
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	2.416	2.416
Em 31 de março de 2017	118.054	2.256	25.395	-	49.231	2.416	197.352

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(em milhares de reais)

	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2016 a 31/03/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	2.416	1.403
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações:		
Depreciação e amortização	6	7
Resultado de participações societárias	(1.451)	(365)
Provisão para perdas em investimentos disp. p/ venda	-	712
Sub total	<u>971</u>	<u>1.757</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Remuneração dos investimentos	(394)	(547)
Ativos fiscais a compensar	135	111
Contas a receber com Partes Relacionadas	338	-
Títulos de Valores Mobiliários	<u>7.091</u>	<u>16.134</u>
	<u>7.170</u>	<u>15.698</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Tributos e contribuições sociais	9	234
Contas a pagar com Partes Relacionadas	<u>(462)</u>	<u>(3.196)</u>
	<u>(453)</u>	<u>(2.962)</u>
Dividendos recebidos	1.299	-
Fluxos de caixa das atividades operacionais	<u>8.987</u>	<u>14.493</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de ativo imobilizado/intangível	(9)	-
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	<u>(9)</u>	<u>-</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>8.978</u>	<u>14.493</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	499	5.388
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>9.477</u>	<u>19.881</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>8.978</u>	<u>14.493</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 (em milhares de Reais)

	01/01/2017 a 31/03/2017	01/01/2016 a 31/03/2016
1 - RECEITAS	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(360)	(282)
Provisão p/ redução ao valor recuperável - ativos financeiros	-	(712)
	<u>(360)</u>	<u>(994)</u>
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(360)</u>	<u>(994)</u>
4 - RETENÇÕES		
Depreciação, amortização e exaustão	(6)	(7)
	<u>(6)</u>	<u>(7)</u>
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA EMPRESA	<u>(366)</u>	<u>(1.001)</u>
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas Financeiras	2.107	2.899
Participações societárias, dividendos e juros sobre o capital próprio	1.844	912
	<u>3.951</u>	<u>3.811</u>
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>3.585</u>	<u>2.810</u>
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração direta	628	620
Impostos, Taxas e Contribuições	452	668
Remuneração do capital de terceiros	89	119
Remuneração do capital próprio:		
Lucro Líquido (Prejuízo) do período	2.416	1.403
	<u>3.585</u>	<u>2.810</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A.**ELETROPAR****(COMPANHIA ABERTA)**
CNPJ 01.104.937/0001-70**NOTAS EXPLICATIVAS DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO PERÍODO
FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017***(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)***NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

A Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR ("ELETROPAR" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, criada em 29 de janeiro de 1996, pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, em decorrência da cisão da LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A., possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objeto social a participação societária na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO e em outras sociedades.

Nessa condição, participa no capital social da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO, da Energias do Brasil S.A. – ENERGIAS DO BRASIL, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE, da CPFL Energia S.A. – CPFL Energia e da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP, todas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica no Estado de São Paulo, e também, da Eletronet S.A. – ELETRONET, sendo esta Sociedade de Propósito Específico, com atividades de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

A ELETROPAR continua inscrita no Programa Nacional de Desestatização – PND, nos termos do Decreto nº 1.836, de 14 de março de 1996.

A Administração da Companhia aprovou as informações trimestrais em 12 de maio de 2017.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações trimestrais não foram alteradas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

Essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Valor Econômico, no dia 12 de abril de 2017 e no dia 13 de abril de 2017, respectivamente.

NOTA 3 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. Fatores de Risco Financeiro

I – Risco de volatilidade no preço das ações

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

II – Risco de crédito das aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são representadas pelo investimento em Fundo Extramercado mantido no Banco do Brasil, instituição financeira de primeira linha e que apresenta boas taxas de avaliação de *rating*.

III – Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras

As aplicações financeiras no Fundo Extramercado mantido no Banco do Brasil são remuneradas pela taxa média da Selic, e o risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

Os ativos financeiros que compõem a carteira do FUNDO sujeitam-se, em especial, aos seguintes riscos:

- a) Risco de Taxa de Juros - A rentabilidade do fundo pode ser impactada em função da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo FUNDO, ocasionadas pela variação das taxas de juros praticadas no mercado.
- b) Risco de Descasamento - A performance do fundo pode não refletir integralmente a performance do benchmark, visto que a implementação do objetivo de investimento do Fundo está sujeita a uma série de limitações. Ademais, o risco de não aderência ao benchmark pode ser incrementado em função da maior flexibilização na gestão da Carteira do FUNDO.
- c) Risco de vinculação a um benchmark - O benchmark do FUNDO pode ter resultados negativos, implicando em perdas para o FUNDO.
- d) Risco de juros posfixados (CDI, TMS) - os preços dos ativos podem variar em virtude dos spreads praticados nos ativos indexados ao CDI ou à TMS.
- e) Risco de Liquidez - Consiste no risco de o FUNDO, mesmo em situação de estabilidade dos mercados, não estar apto a efetuar, dentro do prazo máximo estabelecido no Regulamento, pagamentos relativos a resgates de cotas, em decorrência do grande volume de solicitações de resgate e/ou outros fatores que acarretem na falta de liquidez dos mercados nos quais os ativos financeiros integrantes da Carteira são negociados, podendo tal situação perdurar por período indeterminado. Além disso, para todos os fundos que tenham despesas, o risco de liquidez compreende também a dificuldade em honrar seus compromissos. A falta de

liquidez pode provocar a venda de ativos com descontos superiores àqueles observados em mercados líquidos.

f) Risco de Conjuntura - Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do Brasil ou de outros países.

g) Risco Sistêmico - Possibilidade de perdas em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do SFN.

h) Risco Regulatório - a eventual interferência de órgãos reguladores no mercado como o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, podem impactar os preços dos ativos ou os resultados das posições assumidas.

Análise de sensibilidade

	Cenário base 3,77%	Cenário Provável 2,50%	Cenário Remoto 3,13%	Cenário Possível 1,88%
Rendimento das Aplicações Financeiras	2.107	1.396	1.747	1.049

* Taxa para o período de três meses encerrados em 31 de março de 2017.

Para análise de sensibilidade, foi considerado como cenário provável a média da taxa Selic atual de 11,25% e a projeção das Empresas Eletrobras de taxa 8,81% a.a., sendo considerado como cenário remoto e provável a variação de 25% para cima e para baixo, respectivamente.

3.2. Gestão de Capital

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas. A Companhia não possui dívida com terceiros.

3.3. Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

Aplicações financeiras	54.840	-	-
	150.160	-	-

NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	31/03/2017		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	102.032	102.032
Aplicações financeiras	56.729	-	56.729
	56.729	102.032	158.761

	31/12/2016		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	95.320	95.320
Aplicações financeiras	54.840	-	54.840
	54.840	95.320	150.160

NOTA 5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto Lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro – extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

O total de caixa e equivalentes de caixa encontra-se abaixo demonstrado:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e Bancos	38	40
Aplicações Financeiras	9.439	459
	<u>9.477</u>	<u>499</u>

NOTA 6 – TÍTULO DE VALORES MOBILIÁRIOS – TVM

As aplicações financeiras encontram-se em fundos de investimento financeiro – extramercado FAE e FAE2, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

	<u>Indexador</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/03/2017</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>
Cotas do Fundo (venc. após 90 dias)	pré-fixado	47.290	54.381
		<u>47.290</u>	<u>54.381</u>

NOTA 7 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A remuneração dos investimentos consiste nos valores de dividendos e juros sobre o capital próprio declarados pelas investidas e ainda não recebidos pela companhia.

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
EDP – Energias do Brasil	876	876
EMAE	226	225
CTEEP	-	905
	<u>1.102</u>	<u>2.006</u>

NOTA 8 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM ELETRONET E EMPRESAS CEDENTES

Em 2015, após a decisão da ELETROPAR, juntamente com a ELETROBRAS, e a LT Bandeirante Empreendimentos LTDA (acionistas majoritária da Eletronet) de levantar a falência da Eletronet, foi realizada em 15 de dezembro Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S./A., onde os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet, nos termos que lhe foram propostos, tendo sido requerida a declaração judicial de extinção de obrigações e o

encerramento da falência, com a retomada do exercício ordinário de suas atividades e a produção dos demais efeitos pertinentes.

Com a aprovação da proposta de quitação das obrigações da Eletronet, a ELETROPAR concordou em conceder um desconto de 76,74% sobre o valor original habilitado da dívida:

Credor	Valor Habilitado	Proposta
ELETROPAR	57.356	13.340

Em 23 de dezembro de 2015, a ELETROPAR recebeu R\$ 9.188 mil como 1ª parcela dos R\$ 13.340 mil. Em dezembro de 2016 recebeu o valor de R\$ 1.384, corrigidos pelo IGPM e a partir de 2017 vem recebendo parcelas mensais de R\$ 115, também corrigidas pelo IGPM, restando o valor de R\$ 2.627 a ser pago nos exercícios de 2017 a 2018.

Em dezembro de 2016 foi recebido 1/3 do valor acima (R\$ 1.384 mil), corrigido pelo IGPM, referente a 2ª parcela do acordo. O restante do valor será recebido em 24 parcelas mensais e sucessivas, com início em janeiro de 2017.

Como os créditos junto à Eletronet são derivados do aluguel da infraestrutura e cabos de fibras ópticas das cedentes, esses créditos serão repassados às cedentes (CHESF, Eletronorte, Eletrosul e Furnas), descontada a taxa de administração a qual a ELETROPAR tem direito.

Os valores recebidos das parcelas têm sido repassados às cedentes na mesma data de recebimento pela Eletronet, descontada a taxa de administração da ELETROPAR.

Segue abaixo, composição dos direitos e obrigações com a Eletronet e as Empresas Cedentes.

DIREITOS ELETRONET E CEDENTES

	31/12/2016	31/03/2017
Contas a receber – Cedentes	2.964	2.627
	2.964	2.627
Ativo Circulante	1.482	1.126
Ativo Não Circulante	1.482	1.501

OBRIGAÇÕES ELETRONET E CEDENTES

	31/12/2016	Pagamento	Correção Monetária	31/03/2017
Obrigação com as Empresas Cedentes	2.906	(367)	35	2.574
	2.906	(367)	35	2.574
Passivo Circulante	1.453			1.103
Passivo Não Circulante	1.453			1.471

Para composição do Contas a Pagar, esta nota explicativa é complementada pelas informações que constam na nota explicativa nº 11.

NOTA 9 – ATIVOS FISCAIS A COMPENSAR

	31/03/2017	31/12/2016
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	155
IRRF sobre aplicações financeiras	-	1.223
IRRF – exercícios anteriores	5.232	5.419
IRRF – exercício 2016	1.419	-
IRPJ Antecipação	7	-
CSLL - antecipação	-	-
CSLL – exercícios anteriores	5	5
COFINS/PIS	3	-
	6.666	6.802
Circulante	2.916	3.193
Não Circulante	3.750	3.609
	6.666	6.802

A Companhia vem utilizando tais créditos de forma consistente desde o exercício social de 2010, fato que tem dado substância à caracterização do referido ativo conforme o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos da ELETROPAR em 31 de março de 2017 está distribuída da seguinte forma:

I – Empresas avaliadas pelo valor justo

	Valor de Mercado (disponível para venda)		Tipo	Quantidade	Participação (%)
	31/03/2017	31/12/2016			
Eletropaulo ¹	29.192	23.660	PNB	2.095.644	1,25
Energias do Brasil ²	26.400	26.229	ON	1.892.432	0,31
CPFL Energia ³	46.440	45.431	ON	1.802.105	0,18

¹ Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO

² EDP Energias do Brasil S.A. – ENERGIAS DO BRASIL

³ CPFL Energia S.A. – CPFL Energia

102.032
95.320

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, dado que tais participações possuem cotação de mercado, a Companhia passou a avaliar os referidos títulos patrimoniais em outras sociedades pelo seu valor justo (valor de mercado). A contrapartida decorrente de tal avaliação é reconhecida como resultado abrangente, sendo registrada no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, dado que a Companhia classifica esses instrumentos financeiros como disponíveis para venda.

Caso seja constatada uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado.

No primeiro trimestre de 2017 não foram registradas perdas pela redução ao valor recuperável dos investimentos.

II – Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

A ELETROPAR detém participações societárias, além daquelas descritas anteriormente, nas companhias mencionadas abaixo, as quais são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial pelo fato de a controladora da ELETROPAR, a ELETROBRAS, ter influência significativa nas mesmas empresas o que as caracteriza como coligadas:

	Tipo	Quantidade	Participação (%)
CTEEP	PN	1.084.797	0,6578
EMAE	PN	523.911	1,4200
Eletronet	ON	149.999.510	49,0000

Mutação dos Investimentos

	CTEEP	EMAE	TOTAL
Saldo em 31/12/2016	48.794	10.265	59.059
Aumento de capital			
Equivalência	1.345	106	1.451
Outros resultados abrangentes			
JCP/Dividendos			
Saldo em 31/03/2017	50.139	10.371	60.510

O Patrimônio Líquido da CTEEP é ajustado para adequação às políticas contábeis aplicadas nas Demonstrações Financeiras do Sistema ELETROBRAS.

Os ajustes foram realizados com base nas glosas que a Secretaria de Fazenda do Estado tem realizado nos valores cobrados pela CTEEP em virtude do pagamento de aposentadoria, considerando a aplicação do pronunciamento técnico CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e no que se refere aos pagamentos realizados aos aposentados, tal obrigação decorre de preceito legalmente instituído (Lei estadual nº 4819/1958) e ratificado por decisão judicial. Tal fato caracteriza uma obrigação construtiva conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC nº 33 – Benefícios pós-emprego. Contudo, a CTEEP não apresenta em seu passivo valores correspondentes a tal obrigação.

Segue abaixo o ajuste realizado no Patrimônio Líquido da CTEEP até 31 de março de 2017.

	Ajuste Patrimônio Líquido CTEEP	Partic.
	CTEEP	0,65789%
Patrimônio Líquido 31/03/17	10.380.285	68.291
Ajustes acumulados	(2.760.021)	(18.152)
Saldo ajustado em 31/03/17	7.620.264	50.139

II.1 Investida CTEEP

Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica

As empresas investidas, CTEEP e EMAE, foram afetadas pelos termos definidos na Medida Provisória nº 579/12, convertida na Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013.

No que se refere a investida EMAE, a empresa possui o contrato 002/2004-ANEEL afetado pela nova regulamentação. Em 03 de dezembro de 2012, a investida divulgou fato relevante informando que em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a assinatura do Termo Aditivo que prorroga o seu contrato de concessão.

Com relação à investida CTEEP, como consta na nota explicativa às suas demonstrações financeiras de 2012 (nota 1.2), a empresa realizou a assinatura do aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001, com opção de recebimento da reversão, no valor de R\$ 2.891.291, da seguinte forma:

- 50% à vista (o recebimento ocorreu em 18 de janeiro de 2013);
- 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria, ou seja, até 07 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA, acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo do contrato de concessão.

Em 21 de dezembro de 2015 a ANEEL publicou Despacho nº 4036/2015 com novo entendimento para o valor das instalações do "SE" que a CTEEP teria direito de receber, no montante de R\$3.896.328 mil. Também, em 20 de abril de 2016 o Ministério de Minas e Energia emitiu a Portaria nº 120, determinando que os valores homologados pela ANEEL relativos a estes ativos, passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017, pelo prazo estimado de oito anos.

Em 06 de outubro de 2016, foi emitida Nota Técnica nº 336/2016 da ANEEL que apresentou proposta de regulamentação quanto ao previsto na Portaria nº 120 do MME e foi submetida à Audiência Pública nº 068/2016 aprovada pela Diretoria da ANEEL em 21 de fevereiro de 2017 através da Resolução Normativa nº 762. Com o resultado da referida Audiência Pública foi emitida a Nota Técnica nº 23/2017. As Notas Técnicas regulamentam a metodologia de cálculo do custo de capital e do cálculo da RAP a ser adicionado referente o valor das instalações do SE e determinam valores e prazos de pagamento por concessionárias.

A CTEEP divulgou fato relevante em 11 de abril de 2017, informando sobre a expedição de decisão judicial liminar referente ação movida por três associações empresariais, que determina em caráter provisório a exclusão da parcela de "remuneração", prevista no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/13 e consequente recálculo das tarifas pela ANEEL. A CTEEP, pautada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que esta é uma decisão provisória que não se volta contra o direito da Companhia de receber os devidos valores referentes aos ativos do RBSE e que os mesmos estão assegurados pela Lei. Este fato foi considerado como evento subsequente, vide nota explicativa nº 17.

II.2 Investida Eletronet

A Eletronet S.A. é uma empresa domiciliada no Brasil, com sede no estado do Rio de Janeiro, controlada pela LT Bandeirante Empreendimentos LTDA. Sendo a Eletropar acionista minoritária, com 49% das ações da companhia. Com o agravamento da situação financeira da Eletronet, em 16 de maio de 2003 foi deferida a sentença de falência da companhia com continuação de negócios.

A companhia permaneceu neste processo de falência com continuação de negócios até o dia 15 de dezembro de 2015, quando foi realizada a Assembleia Geral de Credores, com a aprovação do acordo para quitação das obrigações da Eletronet e o levantamento da falência.

No dia 07 de abril de 2016, após o cumprimento, pela então síndica da massa falida, das obrigações estabelecidas na sentença de levantamento da falência, foi entregue a chave da empresa para os novos administradores eleitos pelos acionistas.

Após assumir a companhia, os administradores empenhados no sentido de reverter a sua situação financeira e operacional vem adotando medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e da posição patrimonial, recuperação da sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações.

No dia 09 de dezembro de 2016 foram aprovados pela administração da Eletronet as demonstrações contábeis para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2016.

As demonstrações contábeis para o trimestre findo em 31 de março de 2017 foram aprovadas pela Administração da empresa no dia 02 de maio de 2017.

Segue abaixo a Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) do 1º trimestre de 2017.

Valores em milhares de Reais

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/16	321.387	(552.872)	(231.485)
Prejuízo do 1º trimestre 2017	-	(5.064)	(5.064)
Saldos em 31/03/17	321.387	(557.936)	(236.549)

No Relatório de revisão das Informações Trimestrais (ITR) dos auditores independentes da Eletronet, foi apresentada opinião com ressalva referente Provisão de imposto de renda e contribuição social e PIS e COFINS sobre perdão de dívida.

Considerando as ressalvas do auditor independente da Eletronet e as políticas e práticas contábeis da Eletropar, o patrimônio líquido (passivo a descoberto) da companhia foi ajustado, conforme demonstrado abaixo:

Participação da Eletropar no PL Ajustado da Eletronet

	Eletronet	Partic. 49%
Patrimônio Líquido 31/12/16	(236.549)	(115.909)
Ajustes acumulados (2015/2016)	(109.929)	(53.865)
Ajustes 1º trimestre 2017	(1.992)	(976)
Saldo ajustado em 31/03/17	(348.470)	(170.750)

Como a Eletronet é uma coligada da Eletropar, conforme CPC 18, deve ser aplicado o método de equivalência patrimonial para contabilização deste investimento. Entretanto, de acordo com o item 38 e 39 do CPC 18, quando a participação do investidor nos prejuízos do período da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida.

Como a Eletropar não realizou pagamento em nome da investida e não incorreu em obrigações legais ou construtivas (inclusive item vetado, na cláusula 2.3 do acordo de acionista), não cabe provisão de perdas adicionais, mantendo-se apenas o valor do investimento integralmente provisionado (saldo zero).

II.2 Ativo e Passivo Coligadas

31/03/2017

Coligadas	Participação %	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido
CTEEP	0,66	41.615	15.110.977	1.121.583	3.650.724	10.380.285
EMAE*	1,42	12.558	1.020.772	-	310.391	722.939
Eletronet	49,00	78.058	35.368	-	349.975	(236.549)

*Posição de 31/12/16

II.3 Resultado Coligadas

31/03/2017						
Coligadas	Receita Operacional Líquida	Receita Financeira	Despesa Financeira	Imposto sobre o lucro	Lucro Líquido (Prejuízo)	Depreciação e Amortização
CTEEP	498.031	4.804	(37.516)	(96.821)	261.309	(2.222)
EMAE*	178.006	86.855	(1.098)	(20.948)	54.980	(925)
Eletronet	16.231	525	(3.867)	-	(5.064)	(6.150)

*Posição de 31/12/16

III – Saldo total de investimentos em participações societárias

	31/03/2017	31/12/2016
Avaliados ao valor justo	102.032	95.320
Avaliados por equivalência patrimonial	60.510	59.059
	162.542	154.379

NOTA 11 – CONTAS A PAGAR

	31/03/2017	31/12/2016
ELETROBRAS	1.044	1.177
ABRA RIO Prest. de Serv. Terceirizados Ltda.	45	50
Cedentes	2.574	2.906
Outros	24	16
	3.687	4.149
CIRCULANTE	2.216	2.696
NÃO CIRCULANTE	1.471	1.453

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

I – Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	01/01/17 a 31/03/17	01/01/16 a 31/03/16
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:	2.587	1.771
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação (34%):	880	602
Efeitos de adições e (exclusões):		
Equivalência patrimonial e dividendos	(627)	(310)
Provisão p/ perdas – investimentos disp. p/ venda	-	242
Outros	(82)	(166)
	<u>(709)</u>	<u>(234)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	171	368
Alíquota efetiva	6,61%	20,80%

II – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o ajuste de avaliação a valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda correspondentes às diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação do passivo de imposto de renda diferido durante o período é a seguinte:

Saldo em 31/12/16	18.961
IR/CS diferidos sobre avaliação a valor justo	401
Saldo em 31/03/17	19.362

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I – Capital Social

O Capital Social de R\$ 118.054 é composto de 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de março de 2017 está assim representada:

	QUANTIDADE DE ACIONISTAS	AÇÕES	
		Quantidade	Participação (%)
ELETROBRAS	1	9.848.904	83,71
Minoritários	28.545	1.915.985	16,29
	28.546	11.764.889	100,00

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de março de 2017, é de R\$ 16,77 por ação (R\$ 16,03 por ação, em 31 de dezembro de 2016).

NOTA 14 – LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Apresentamos a seguir o lucro por ação básico e diluído conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Lucro por ação:

01/01/17 a 31/03/17

Numerador	<u>Ordinárias</u>
Lucro atribuível a cada classe de ações	2.416
Denominador	
Média ponderada da quantidade de ações	11.764
% de ações em relação ao total	100%
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>0,20540</u>

01/01/16 a 31/03/16

Numerador	<u>Ordinárias</u>
Lucro atribuível a cada classe de ações	1.403
Denominador	
Média ponderada da quantidade de ações	11.764

% de ações em relação ao total	100%
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>0,11929</u>

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC, a ELETROPAR possui como partes relacionadas: sua controladora, coligadas e o pessoal-chave da administração. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

I – Controladora

Os saldos decorrentes de transações mantidas com a Eletrobras são apresentados a seguir:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
PASSIVO		
Contas a pagar		
- ELETROBRAS ⁴	1.044	1.177
	1.044	1.177
	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
RESULTADO		
Gastos com pessoal requisitado	418	387
Aluguel	41	21
Energia	3	5

⁴Os saldos dessa rubrica são decorrentes de valores a serem reembolsados à ELETROBRAS em função dos seguintes itens:

- Convênio firmado entre ELETROBRAS e ELETROPAR para utilização, pela ELETROPAR, da infraestrutura administrativa da ELETROBRAS, contemplando os serviços de copa, segurança, limpeza e informática.
- Valores relacionados com o aluguel da sede administrativa da ELETROPAR, cujo espaço físico está sublocado pela ELETROBRAS à ELETROPAR, através de contrato firmado entre as partes.
- Saldos decorrentes de reembolso a ser efetuado à ELETROBRAS dos gastos com o pessoal requisitado pela ELETROPAR à ELETROBRAS.

	462	413
II – Coligadas		
CTEEP	31/03/2017	31/12/2016
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	-	1.630
Participação Societária	50.139	48.794
Subscrição de ações	-	-
	50.139	50.424
	31/03/2017	31/03/2016
RESULTADO		
Perda na subscrição	-	-
Resultado com participações societárias	1.345	365
	1.345	365
EMAE	31/03/2017	31/12/2016
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	-	227
Participação Societária	10.371	10.264
	10.371	10.491
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros resultados abrangentes	-	(1.091)
	-	(1.091)
	31/03/2017	31/03/2016
RESULTADO		
Resultado com participações societárias	106	-
	106	-

III – Eletronet e empresas cedentes

O detalhamento do relacionamento da Companhia com a Eletronet e as empresas cedentes é apresentado na nota explicativa nº 8.

IV – Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores.

	31/03/2017	31/03/2016
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	258	259
Encargos Sociais	69	89
Benefícios	5	6
	332	354

NOTA 16 – Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

A Companhia não possui causas judiciais com perda estimada como possível.

Segue abaixo o montante de causas, por natureza, consideradas pela Administração da Companhia como sendo de risco de desembolso futuro provável. Este valor foi provisionado em dezembro de 2015.

<u>Natureza</u>	<u>Valor</u>
Trabalhista	300
TOTAL	300

NOTA 17 – Evento Subsequente

Em 11 de abril de 2017, a CTEEP divulgou um fato relevante no qual informou sobre a decisão judicial liminar referente ação movida por três associações empresariais que visa a exclusão provisória da parcela de “remuneração”, prevista no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/13 e consequente recálculo das tarifas pela ANEEL.

A liminar concedida a favor da Abrace (Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres) e outros não aprovou todas as reivindicações, incluindo a suspensão do pagamento integral da tarifa de utilização do sistema de transmissão (TUST). No entanto, a liminar foi concedida para excluir das tarifas a serem pagas apenas pelos reclamantes, a parcela referente à remuneração prevista na Portaria MME nº 120/2016, que estabelece o custo de capital não incorporado desde a extensão dos contratos de concessão até o processo tarifário.

Com base em parecer jurídico de advogado externo, contratado pela Eletrobras, é entendimento que as decisões tomadas até o momento não prejudicam o direito de receber os ativos da RBSE, conforme estabelecido na Lei 12.783/2013 e na Portaria MME nº 120/2016, mesmo que seja, em última instância, devido pelo Governo Federal do Brasil. Assim, a Eletropar entende que não houve evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.



Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo
Diretor Presidente

Jorge José Teles Rodrigues
*Diretor Superintendente e de Relações
com Investidores*

Glaucy Dourado dos Santos
Contadora
CRC-RJ 101.402/O-6